



FOTOGRAFIA: BROOKE DIDONATO / AGENCIA VU.

Lar doce lar

A casa é o porto de abrigo, o refúgio, o espaço seguro. O que é que acontece quando todos estes atributos se perdem? A violência doméstica rompe laços, destrói afetos e tira vidas. O que resta da família depois (ou durante) um crime? *Por Joana Moreira.*

O rosto de Lara não me sai da cabeça. A única criança a morrer em contexto de violência doméstica este ano tinha dois anos e foi assassinada por asfixia, tendo sido deixada depois numa mala do carro em Corroios. A história trágica foi já uma sucessão de um outro homicídio: o de Maria Helena Cabrita, 56 anos, avó de Lara, que morreu esfaqueada pelas mãos do mesmo homem. Este ano morreram 32 pessoas em contexto de violência doméstica. O caso de Lara foi dos mais mediatizados, não só por se tratar de uma criança, mas porque é um retrato do estado da violência doméstica em Portugal. Foi uma tragédia anunciada. Nem com queixa prévia às autoridades, dois deslocamentos da PSP a casa dos pais de Lara, bem como ameaças de morte continuadas, se conseguiu impedir o pior.

“A culpa é de todos. Do sistema inteiro”, diz Daniel Cotrim, psicólogo e representante da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. “[A culpa é] inclusivamente das organizações, da Justiça, de todos. Porque olhamos para as crianças quase como cidadãos de segunda, que estão invisíveis, na malha da sociedade. E, de repente, começamos a discutir a importância da regularidade das responsabilidades parentais, da falta de comunicação entre tribunais de família e tribunais de crime, que é aplicada uma medida no tribunal de crime em que o pai não pode contactar com os filhos porque é agressor, mas na semana a seguir o tribunal de família decide que o pai pode visitar três vezes por semana aquele filho. Ou seja, o próprio sistema não faz comunicação em si.” Esta é apenas uma das principais críticas apontadas ao sistema – uma que o Governo pretende solucionar, com uma proposta de lei apresentada à data de fecho desta revista, que prevê que os tribunais de instrução possam, ainda que provisoriamente, alterar ou regular as responsabilidades parentais e a utilização da casa de morada de família.

Mas da teoria à prática vai um longo caminho. Marta Silva, chefe de equipa do Núcleo de Prevenção da Violência Doméstica e Violência de Género do CIG, explica que, nos dias de hoje, a detenção perante uma queixa não é fácil e que há uma imediatez para retirar a vítima do seu lar que não há para o agressor. “Um agente da PSP tem uma queixa às três da manhã. Tem uma mulher com uma criança ao colo. É óbvio que a prioridade é acolher aquele agregado. Podia deter [o agressor], mas há aqui uma grande discussão jurídica sobre a detenção na violência doméstica, se deve ser feita ou não. A lei diz que sim,

mas, entretanto, sabemos que há agentes que têm processos internos e disciplinares porque detiveram o arguido e depois o Ministério Público acabou por não confirmar a detenção, e eles [agentes] têm problemas internos a níveis profissionais”.

Se isso inibe os agentes da Polícia de Segurança Pública de agir? “Claro. É óbvio. Se eu sou agente e até tenho mecanismos legais para deter aquela pessoa por uma noite mas o tribunal não valida a minha detenção, eu, internamente, posso ter problemas porque me precipitei na avaliação. Mas não há qualquer pudor em espetar com uma mulher e uma criança noutra ponta do país às 4 da manhã de camisa de dormir”, crítica. As casas de abrigo, locais seguros para acolher, em regime temporário, mulheres vítimas e filhos menores, são um tema polémico quando se fala de violência doméstica, nomeadamente pela questão do abandono forçado do lar por parte da vítima e pela sensação de impunidade do agressor. “Não nos podemos conformar [que isto seja a norma de intervenção]. Nós não podemos esconder as mulheres que são agredidas. Nós, enquanto sociedade, queremos é que quem agride seja punido e seja afastado. E que quem é vítima mantenha o seu trabalho, que os miúdos não tenham de mudar de escola no meio do ano letivo. Que não tenham de deixar de contactar com os avós e os amigos. É de uma violência bizarra”, diz Marta Silva.

Ana Sani é psicóloga forense e docente universitária na Universidade Fernando Pessoa. Habituada a trabalhar com situações de risco, explica que “quando há uma situação de retirada de uma família para uma casa de abrigo é porque a situação já é de risco muito elevado”. No entanto, admite, a adaptação nem sempre é fácil. “Inicialmente é um choque, porque é uma situação de crise, há uma saída muito abrupta e há um entrar num espaço que não é deles, e onde se vão encontrar com outras famílias que estão em situações idênticas. Depois, essa própria gestão dentro da casa também é difícil”, diz, salientando a importância de “um psicólogo a acompanhar estas mulheres numa fase que é tão crítica, nomeadamente na gestão dos níveis de ansiedade, dos estados depressivos, do sentimento de perda, da gestão que têm de fazer da relação com os seus filhos, essas coisas todas.”

Mas essa gestão é difícil. Perante o clima opressor, a relação interpessoal com os filhos e a própria educação parental podem ficar absolutamente comprometidas. “Alguns estudos que temos feito têm demonstrado que alguém que esteja sujeito a situações de violência provavelmente tem preocupações distintas, tem uma

afetação distinta, nomeadamente na forma como exerce a sua parentalidade, seja o pai ou seja a mãe [a vítima]”. Sani não tem dúvidas que a violência doméstica tem um impacto real na educação: “O exercício das práticas educativas é muitas das vezes deficitário, dificultado, muitas vezes a própria criança já não perceciona aquele progenitor como tendo autoridade sobre ela, porque o visionamento que a criança vai tendo dessas práticas faz com que ela mesma possa ser agressiva com o progenitor. Não com aquele que é geralmente o agressor, mas com o outro que ela vai vendo continuamente ser subjugado, e que vai respondendo. Uma das coisas que acontece muitas vezes quando elas [vítimas] saem do contexto para uma casa de abrigo, e algumas saem juntamente com os seus filhos, é a dificuldade de conseguirem voltar a ter a sua imagem, enquanto mães, preservada, porque essa imagem foi sendo destruída ao longo do tempo. Porque elas [crianças] já não obedecem, já não veem aí [no progenitor que é vítima] uma figura de autoridade, já têm muitas dificuldades em impor limites porque os filhos acabam por ter alguma rebelião relativamente a elas.”

O conceito de família

Todas as 32 pessoas – 23 mulheres, oito homens e uma criança – que morreram este ano* em contexto de violência doméstica conheciam os homicidas e com eles estabeleciam laços ora de parentesco, ora de intimidade. “Há muitas crianças que não conhecem outro conceito de família que não seja este, de família disfuncional”, começa por dizer António Castanho, psicólogo clínico. “Uma família desfeita ainda é considerada algo mais, por vezes estigmatizante, para quem está à volta do que propriamente a sobrevivência, fatores adversos. Portanto, a própria família alargada, a própria comunidade, muitas vezes aprisiona a família nuclear e as vítimas de violência doméstica nesta prisão, nesta censura social. Eu diria que as crianças devem perceber, e aí o papel da educação é essencial, nas escolas, do que é que é uma relação saudável.”

Mas a vergonha, o medo do julgamento alheio, o pavor de assumir um “casamento falhado” são argumentos que ainda resistem à passagem do tempo – mesmo em 2019. Só que “quando falamos de violência doméstica estamos a falar de um crime. Não é uma questão social. Ponto. Não é uma questão cultural. Ponto. É um crime”, reivindica Daniel Cotrim, da APAV. “Fazer queixa, denunciar uma situação de

violência doméstica é [para muitas mulheres] passar uma mensagem que não são capazes de tolerar grandes níveis de *stress* e ansiedade nas suas relações, que não são capazes de manter o vínculo familiar, que vão falhar na conjugalidade, que são más mulheres, que são más mães. Isto é a leitura que as vítimas fazem e é infelizmente a leitura que algumas partes do sistema fazem relativamente a isso”, lamenta. Se o conceito de família serve muitas vezes de manutenção para uma relação violenta dentro do ciclo da violência? Daniel não tem dúvidas. “O meu marido agrediu-me, mas depois pediu-me desculpas, fomos jantar fora e passámos seis meses bem. E a nossa família manteve-se’. E de repente há um novo momento de tensão, em que as coisas começam a correr mal e passamos à violência física. E aqui o nosso conceito de família começa a ficar tremido outra vez. Mas o ciclo volta a dar outra vez a volta. ‘Ele volta-me a pedir desculpas’. E vai-se mantendo”, exemplifica.

A ideia de família enquanto espaço seguro, de conforto e afetos é rasgada pela violência. “A ideia de família é uma ideia ótima. A família tem de ser um espaço de felicidade, de liberdade, de crescimento, mas infelizmente também sabemos que é dentro da família que ocorrem os crimes mais hediondos e é o espaço mais hediondo para se viver. Como é que o espaço que devia ser de grande ligação afetuosaa, e é em grande parte das situações, pode ser também um espaço horrível para se estar?

O técnico da associação de apoio à vítima faz uma analogia com uma tampa, na medida em que “não deixa ver o que se passa lá dentro”. Do lado exterior, muitas vezes fora do contexto do lar, nada se sabe. Aliás, “a violência doméstica demorou muitos anos a ser crime público, a sair da esfera do privado, porque se achava que a Justiça não tinha que se meter na vida privada das pessoas (...) Eu acho que em Portugal a nossa Justiça ainda tem muito pudor em fazer justiça naquilo que acha que é a vida privada das pessoas, no ‘entre marido e mulher não se mete a colher”.

No entanto, ninguém duvida, com os números que nos chegam, que é preciso agir. O Observatório de Mulheres Assassinas (OMA), da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) elaborou um relatório preliminar em que analisou as notícias de crimes de femicídios entre o período de 1 de janeiro e 12 de novembro deste ano, e revelou não só uma média de cinco mulheres por mês, vítimas de formas de violência extrema, como um total de 45 filhos órfãos após os assassinatos. No mês passado, no dia em que se assinalava o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres, o primeiro–ministro

nos dias de hoje nessas faixas etárias? Claramente porque não temos estado a fazer o trabalho de casa ao nível da prevenção”, admite. O controlo do vestuário, a vigilância permanente ao nível das relações interpessoais, o acesso às contas das redes sociais – exigindo *passwords*, ler mensagens e determinar as trocas de diálogo com outros indivíduos – são apenas alguns exemplos descritos pelos psicólogos contactados no decorrer deste artigo para descrever os comportamentos abusivos verificados em relações adolescentes. “Uma rapariga de 13, 14 ou 16 anos acha [isto] absolutamente legítimo”, diz Marta Silva. “Progressivamente vai permitindo que esta escalada de controlo e de violência vá crescendo ao ponto de ter violência física, e violência sexual e violência emocional. Isto tem de parar antes de estas pessoas terem relações de intimidade, muito antes destas primeiras relações, antes do pré-escolar, do primeiro ciclo, quando as crianças começam a construir as suas relações de amizades, de pares. Temos de trabalhar muito precocemente nestas questões de sermos todos iguais, de merecermos todos o mesmo e de não haver pessoas com mais valor do que outras. Não há umas que estão legitimadas a tratar mal outras. E, aparentemente, aos 14, 15 anos já vamos tarde de mais”.

Enquanto os especialistas apelam a uma consciência social ainda mais intolerante à violência, por agora, a educação parece ser uma das formas de mudar o mundo. “Deve ser feita nas escolas a educação deste conceito de família normativa e saudável. O respeito pelo outro, a igualdade, a questão da igualdade de género, o papel do homem e da mulher tem de ser desconstruído”, exige António Castanho. O psicólogo não se surpreende com os dados da violência no namoro – galopantes – uma vez que a violência doméstica está enquadrada em “modelos aceites por jovens que cresceram em lares em que a desigualdade de género existia, em que o papel do homem e da mulher é tido como aquele, o do homem de poder e de controlo e o da mulher de submissão”. Para o psicólogo clínico, “esta desconstrução dos mitos e dos estereótipos tem de começar na família, em primeiro lugar, e depois na escola também, no lugar onde as crianças estão muito tempo”. ●

** dados da Procuradoria-Geral da República ao jornal Público, a 22 de novembro.*

SERVIÇO DE APOIO
800 202 148 – Número verde gratuito
do Serviço de Informação às Vítimas de Violência Doméstica

“ESTA EXIGÊNCIA QUE AS PESSOAS FAZEM DE QUE O ESTADO TOME MEDIDAS COMEÇA A TRADUZIR UM INCÓMODO QUE EU ACHO QUE É POSITIVO.”